

“SÓ QUEM PODE DIZER O QUE É A LOUCURA É O PRÓPRIO LOUCO”¹: O IMPACTO DO PROJETO DE EXTENSÃO LOUCURA E CIDADANIA NUMA INSTITUIÇÃO MANICOMIAL

RAMALHO ROSAS [1], Ana Katarina²

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes / Departamento de Serviço Social /
PROBEX 2013

CERQUEIRA CORREIA [2], Ludmila³

Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013

DIAS JANSEN [3], Mabel⁴

PROBEX 2013

ALMEIDA [4], Olívia Maria de⁵

Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013

FERNANDES RAMOS [5], Roberta⁶

Centro de Ciências Jurídicas / Departamento de Ciências Jurídicas/ PROBEX 2013

RESUMO

O projeto de pesquisa e extensão “Cidadania e direitos humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)” compõe o Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba (CRDH/UFPB). Atualmente, o projeto é formado por um grupo interdisciplinar de estudantes dos cursos de graduação em Direito, Psicologia, Serviço Social e Enfermagem, que atuam na realização de oficinas temáticas em Saúde Mental e Direitos Humanos dentro do CPJM. Com o objetivo de debater os direitos das pessoas em sofrimento mental internadas no referido hospital e problematizar a existência da instituição manicomial a partir da Política Nacional de Saúde Mental, a estratégia metodológica escolhida foi a Educação Popular, mais especificamente, a Educação Jurídica Popular, como forma de aproximar os sujeitos participantes das oficinas, sejam eles usuários, profissionais ou estudantes. A realização das oficinas a partir de um projeto antimanicomial dentro de uma instituição fechada e a contribuição para a conquista de direitos e ampliação da cidadania desse grupo social demonstram a potência de espaços de discussão que sejam dialógicos, horizontalizados e que priorizem o protagonismo desses sujeitos.

PALAVRAS-CHAVE: Pessoas em sofrimento mental, Direitos Humanos, Empoderamento.

INTRODUÇÃO

¹ Frase de Altair, paciente do Instituto Nise da Silveira, no documentário “Aqui, doido varrido não vai pra debaixo do tapete” (SELLÓ, TARDIN, 2010).

² [1] Universidade Federal da Paraíba, discente colaboradora. anakatarinaramalho@gmail.com

³ [2] Universidade Federal da Paraíba, professora orientadora e coordenadora do projeto. ludcorreia@gmail.com

⁴ [3] Universidade Federal da Paraíba, colaboradora. mabeljansen1@gmail.com

⁵ [4] Universidade Federal da Paraíba, discente bolsista. oliviaa_almeida@hotmail.com

⁶ [5] Universidade Federal da Paraíba, discente colaboradora. robertafernandes_@hotmail.com

O projeto de extensão “Cidadania e direitos humanos: educação jurídica popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM)”, também conhecido como “Loucura e Cidadania”, está vinculado ao Centro de Referência em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba, que funciona como espaço de promoção e defesa dos direitos humanos de sujeitos coletivos e grupos sociais marginalizados.

A partir da metodologia da Educação Popular e, especificamente, da Educação Jurídica Popular, o grupo desenvolve oficinas com temas relacionados aos direitos das pessoas em sofrimento mental, com destaque para aquelas internadas no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira (CPJM), localizado no estado da Paraíba. Se identificando enquanto célula do movimento da luta antimanicomial, o projeto direciona suas atividades para a problematização da existência das instituições psiquiátricas fechadas e para o enfrentamento da cultura manicomial violadora de direitos.

O presente trabalho pretende compreender os avanços e desafios das atividades desenvolvidas pelo projeto de extensão, voltando-se para a garantia dos direitos das pessoas em sofrimento mental e seu empoderamento. Dessa forma, assume importante papel na implementação da Reforma Psiquiátrica e no fortalecimento de discussões em espaços acadêmicos.

DESENVOLVIMENTO

Enquanto grupo vulnerável, as pessoas em sofrimento mental historicamente tiveram seus direitos violados, vivendo internadas em manicômios por longos períodos onde perderam suas identidades e vínculos comunitários. Com suas liberdades cerceadas, elas não tiveram acesso aos seus direitos ou aos instrumentos e mecanismos de garantia destes.

São várias as estratégias e dispositivos que estão contribuindo para a construção de um novo lugar social para a loucura, buscando desconstruir o ideário social de periculosidade e incapacidade dos ditos “loucos”, dentre eles, o Movimento da Luta Antimanicomial e a Lei 10.216/2001 (também chamada de Lei da Reforma Psiquiátrica ou Lei Paulo Delgado) (AMARANTE, 2007, p. 103). Segundo Vasconcelos (2010), o empoderamento se constitui como um importante mecanismo na busca da construção do poder e da autonomia do sujeito em sofrimento mental, permitindo que estes “saiam do lugar meramente passivo, de pacientes, para um lugar de protagonismo, de usuários” (AMARANTE, JAFAS, 2012).

Compreendendo a capacidade dos ditos “loucos” de produzir, criar e interagir com a sociedade, a película "Aqui, doido varrido não vai para debaixo do tapete" (AQUI, 2010) parte da gravação de imagens pelos próprios usuários do Instituto Nise da Silveira⁷, instrumentalizando a câmera e a linguagem como ferramenta que potencializa o desejo de interlocução e expressão do louco: “Só quem pode dizer o que é a loucura é o próprio louco”.

Nesse mesmo sentido, o projeto de extensão orienta suas atividades na busca de afetar a naturalização das violações, a partir de uma inserção na própria instituição manicomial. Colabora para a orientação sobre os direitos e para o empoderamento dos sujeitos, estimulando-os a transformar o lugar social da loucura e para a consolidação da Reforma Psiquiátrica na perspectiva dos direitos humanos (CORREIA, 2013).

Dentre as diversas atividades desenvolvidas pelos extensionistas, estão as oficinas temáticas em direitos humanos, garantias de direitos e mecanismos de efetivação destes. Em face da escolha metodológica da Educação Popular, preconizada por Paulo Freire (1987), e da Educação Jurídica Popular, desenvolvida por Luiz Otávio Ribas (2008) em sua monografia do curso de Especialização em Direitos Humanos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, bem como pela Carta de Princípios da Rede Nacional de Educação Jurídica Popular (REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR, 2009), é possível estabelecer diálogos de forma horizontal, nos quais todos estejam reunidos voluntariamente, objetivando o abandono da hierarquização, de atitudes de paternalismo, controle e segregação da loucura, tão marcante em instituições fechadas.

No início do ano de 2013 ocorreu um primeiro encontro para apresentação do projeto aos(as) usuários(as) do CPJM, sendo seguido de quatro oficinas com os seguintes temas: direito à livre manifestação, direito ao cuidado em saúde mental, direito à integridade física e psicológica e direito à autonomia. Foram utilizados jogos, alongamentos, técnicas das artes plásticas e algumas técnicas do Teatro do Oprimido⁸, que serviram para disparar discussões referentes ao cuidado em saúde mental.

Com o amadurecimento das propostas das oficinas tornou-se visível o empoderamento dos sujeitos com relação aos temas trabalhados, criando um espaço de

⁷ Serviço de Atenção Diária do Espaço Aberto ao Tempo, unidade “desinstitucionalizada” interna ao Instituto Municipal Nise da Silveira, localizado no Engenho de Dentro, cidade do Rio de Janeiro.

⁸ As técnicas e jogos do Teatro Oprimido, sistematizadas por Augusto Boal, têm por objetivo problematizar questões cotidianas de opressão, para uma maior reflexão sobre as relações de poder e transformação da realidade.

compartilhamento, de solidariedade, de dúvidas, dores e revoltas, no qual cada sujeito possuía voz para falar por si mesmo e conforto para compartilhar situações de opressão. A evidência do crescimento do projeto é o seu reconhecimento na criação desse ambiente de confiança, com disparadores para debates horizontalizados, para trabalhar casos internos à instituição e até para contar com a participação de alguns usuários do Complexo Psiquiátrico mesmo após a alta médica.

Importante destacar a presença dos profissionais da instituição e seu impacto, que muitas vezes esbarrava na relação de opressão sobre os usuários, e que os inibia. O empoderamento e o crescente questionamento dos sujeitos internados no CPJM representavam para alguns profissionais o receio de protagonismo e envolvimento proativo acerca das relações já impostas e das formas de tratamento internas ao hospital. A resistência e o enrijecimento de alguns trabalhadores da instituição dificultaram a própria realização das atividades, ao ponto de causarem a cessação destas.

Tal dificuldade tem implicação direta com os obstáculos para a garantia de direitos desse grupo social e com a identificação do projeto com a luta antimanicomial. Debater determinados direitos humanos das pessoas em sofrimento mental dentro de uma instituição manicomial é, muito além de mero espaço de realização de oficinas, desafio que corresponde a uma escolha política de pretender esgotar todas as possibilidades de intervenção na respectiva instituição fechada, lugar de ocorrência de muitas violações de direitos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das vivências do projeto, percebeu-se a importância da construção de espaços horizontalizados, onde os usuários também se sintam confortáveis para debater sobre os temas que lhes interessem e para se empoderar em busca da efetivação de suas garantias e direitos, constantemente violados.

Parte das dificuldades encontradas na execução do projeto ocorreu pela relação com alguns profissionais, que tendem a uma prática social e de saúde de modo alienado e fragmentado, desligados de uma discussão mais ampla. Isso impossibilita a integralidade da atenção psicossocial, muitas vezes causada pela precariedade dos vínculos empregatícios e da falta de ações de Educação Permanente.

A percepção sócio-histórica das situações concretas dos usuários que orienta o planejamento e o desenvolvimento das oficinas objetiva o desnudamento das

contradições que fundamentam o discurso hegemônico, que reforça a exclusão social e a opressão. Revela a possibilidade da luta pela concretização, através do trabalho em conjunto, universidade - comunidade, da autonomia dos sujeitos envolvidos e dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, Paulo. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

_____; JAFAS, Christian. **Aqui, doido varrido não vai pra debaixo do tapete**.

RECIIS – R. Eletr. de Com. Inf. Inov. Saúde. Rio de Janeiro, v. 6, n. 3, Set., 2012.

Disponível em:

<<http://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/viewArticle/640/1249>>.

Acesso em: 23 de out. 2013.

AQUI, doido varrido não vai pra debaixo do tapete. (Here wackos are not swept under the rug). Direção: Rodrigo Selló e Rená Tardin. BRASIL, 2010. (81 minutos).

Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=WBm63cr3Fa4>>. Acesso em 23 de out. 2013.

CORREIA, Ludmila Cerqueira. **Centro de Referência em Direitos Humanos da UFPB - Cidadania e Direitos Humanos: Educação Jurídica Popular no Complexo Psiquiátrico Juliano Moreira**. Formulário-síntese da proposta (PROBEX 2013), 28 p. Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

REDE NACIONAL DE EDUCAÇÃO JURÍDICA POPULAR. **Carta de Princípios**.

João Pessoa, 2009. Disponível em: <<http://rnejp.wordpress.com/carta-de-principios-da-rnejp/>>. Acesso em: 29 out. 2013.

RIBAS, Luiz Otávio. **Assessoria Jurídica Popular Universitária e Direitos Humanos: o diálogo emancipatório entre estudantes e movimentos sociais (1988-2008)**. Monografia de Especialização em Direitos Humanos pela Escola Superior do Ministério Público da União e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), 2008. Disponível em:

<http://issuu.com/luizotavioribas/docs/monografia_luiz_otavio_ribas>. Acesso em: 29 out. 2013.

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. **Dispositivos associativos de luta e empoderamento de usuários, familiares e trabalhadores em saúde mental no Brasil**.

Revista Vivência. Natal. n. 32, p. 173-206. 2007. Disponível em:

<http://www.cchla.ufrn.br/Vivencia/sumarios/32/PDF%20para%20INTERNET_32/CAP%202012_EDUARDO%20MOURAO%20VASCONCELOS.pdf>. Acesso em: 25 out. 2013.